

Votação das contas de 2023 de Auricchio só depois do recesso

Votação das contas de 2023 de Auricchio só depois do recesso

Líder de governo pediu adiamento do projeto, com base no parecer do TCE, por três sessões

ANGELICA RICHTER

angelicarichter@dgabc.com.br

A Câmara de São Caetano aprovou, ontem, pedido de vista apresentado pelo líder do governo, César Oliva (PSD), e adiou por três sessões a votação do projeto de decreto legislativo da Comissão de Finanças e Orçamento, baseado no parecer favorável do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) às contas de 2023 da Prefeitura, sob gestão do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD). Com o adiamento e o início do recesso legislativo de julho – já que ontem foi realizada a última sessão antes da pausa – a matéria deve retornar ao plenário no fim de agosto.

Oliva afirmou que, embora

o TCE-SP tenha emitido parecer favorável à aprovação das contas, o relatório traz diversas advertências e recomendações. Diante disso, a base do governo entendeu ser necessário um período maior para analisar o conteúdo antes da votação.

“Tivemos recentemente nesta Casa uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre as contas de 2024, que ainda serão analisadas por este plenário, e que revelou uma situação orçamentária absurda em relação ao que o governo havia apresentado. A título de exemplo, no penúltimo dia útil de 2024, mais de R\$ 30 milhões em pagamentos a fornecedores foram cancelados. Porém, nota-se um possível *modus operandi* que

pode interligar os problemas de 2024 aos de 2023”, pontuou o pessedista.

O parecer do TCE-SP favorável às contas de 2023 veio acompanhado de uma série de alertas à administração municipal, como o déficit orçamentário de 5,20%, equivalente a R\$ 88,9 milhões. Embora o desequilíbrio tenha sido considerado amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior, o Tribunal advertiu que a gestão deve adotar medidas mais eficazes para evitar o descompasso entre receitas e despesas.

O relatório também destacou o aumento de 52% da dívida de longo prazo em relação ao ano anterior, impulsionado por precatórios, empréstimos e financiamentos. O

TCE-SP ainda chamou atenção para a ausência do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) em escolas e outras repartições públicas, documento que certifica as condições de segurança dos imóveis, especialmente em relação ao risco de incêndios.

Único voto divergente na Comissão de Finanças, que optou por seguir o parecer do TCE-SP, Edison Parra (Podemos) afirmou ao *Diário* que mantém o posicionamento contrário à aprovação das contas, diante das falhas graves apontadas. “O pedido de vista adia a decisão, mas não muda os fatos. Precisamos dar uma resposta em relação a falta de responsabilidade fiscal e demais falhas do antigo governo”, destacou o podemista.



VEREADORES. Da base querem mais tempo para analisar as contas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional **Página:** 4